

## **“Um percurso pulverizador”: notas sobre a trajetória custodial do Arquivo Pessoal de Apolinário José Gomes Porto Alegre (1904-2023)**

Djiovan Vinícius Carvalho<sup>1</sup>

Há mais de 80 anos Marc Bloch nos alertava sobre a necessidade de questionar a presença – ou ausência – de documentos nos arquivos. Bloch deixou claro que é a ação humana, e, não a ação de deuses, que preserva, descarta, subtraí ou dá destaque aos documentos produzidos pelo homem. Em sentido mais apurado, a incorporação ou não incorporação de determinado conjunto documental aos fundos arquivísticos das instituições que fazem a custódia de documentos, delimita, a priori, as possibilidades da escrita da história. Além disso, o tratamento que esses papéis vão sofrer ao longo do tempo, seja o arranjo realizado, o tipo de descrição que lhes facilita ou não o acesso, ou mesmo as políticas de preservação também influenciarão, restringirão ou ampliarão as perspectivas de acesso e pesquisa. Ante o exposto, as considerações de Ana Inés Arce (2015, p. 122) são fundamentais, pois diz que a “compreensão de determinada questão histórica passa também pela percepção do contexto em que estiveram e estão inseridos os documentos que serão fonte de pesquisa”.

O presente texto divide-se em duas partes. Na primeira, contextualizamos a trajetória pessoal de Apolinário Porto Alegre, destacando suas atividades e sua produção intelectual. Por seu turno, na segunda parte do texto, exploramos, em cotejo com estudos realizados por Arce e Campos (2015), as diferentes camadas de intervenção e percorrendo a trajetória custodial do Arquivo Pessoal, desde sua morte, ocorrida em 1904, chegando aos dias atuais.

### **Apolinário José Gomes Porto-Alegre: intelectual multifacetado**

Nascido em Rio Grande no dia 29 de agosto de 1844, Apolinário José Gomes Porto-Alegre era filho de Antônio José Gomes, que ocupava o cargo de inspetor da alfândega de Rio Grande, e Joaquina Delfina da Costa Campello. A família mudou-se para Porto Alegre em 1859, onde concluiu seus estudos secundários no Colégio Gomes (ARAÚJO, 2018). Em 1861, Apolinário iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Mestre e Licenciado em História pela mesma instituição. Membro da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC). Bolsista CAPES. E-mail: djiovanc@gmail.com.

São Paulo, mas infelizmente não conseguiu concluir o curso devido ao falecimento de seu pai em setembro de 1863.

Retrato de Apolinário José Gomes Porto Alegre



Fonte: PORTO ALEGRE, 1956.

Retornando ao seu estado natal, Apolinário começou a trabalhar como professor, inicialmente de forma particular. Mais tarde, ele foi contratado para lecionar na escola do médico Cyro José Pedrosa, dando aulas também no educandário de José Ribeiro (PARANHOS ANTUNES, 1944). Logo, ele estabeleceu suas próprias instituições de ensino: em 1867, fundou o Colégio Porto Alegre, contando com a colaboração de seu irmão Aquiles Porto Alegre. Além deste, Apolinário fundou mais dois educandários, como veremos a seguir.

Em 1868, Apolinário Porto Alegre, junto com um grupo de intelectuais, fundou a Sociedade Partenon Literário<sup>2</sup>. Segundo Aquiles Porto Alegre, ao redor de Apolinário

---

<sup>2</sup> Entre os fundadores estavam: José Antônio do Vale Caldre e Fião (1821-76), Hilário Ribeiro (1847-86), Luciana de Abreu (1848-80), Afonso Marques (1847-72), Aquiles Porto Alegre (1848-1926), Francisco Antunes Ferreira da Luz (1851-94), Damasceno Vieira (1850-1910), Amália dos Passos Figueiroa (1845-78), João Lobo Barreto (1853-75), Aurélio Veríssimo de Bittencourt (1849-1919), Teodoro de Miranda (1852-1879), Apeles Porto Alegre (1850-1917), Bernardo Taveira Júnior (1795-1872), José de Sá Brito (1844-90), Menezes Paredes (1843-81), Francisco de Sá Brito (1808-75) e Carlos Von Koseritz (1834-90).

“reuniu-se um grupo de sonhadores, que iam escutá-lo como um oráculo. Em sua residência [...] realizaram-se as sessões preparatórias para a fundação do Partenon” (apud SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980, p. 17). Na sessão inaugural, realizada em 18 de junho de 1868, Apolinário foi o responsável pelo discurso de fundação da nova sociedade, quando ainda não tinha completado 24 anos (PORTO ALEGRE, 1980). Segundo consta, o Partenon Literário reuniu, ao longo dos anos de atividade, centenas de pensadores, que defendiam, por exemplo, a abolição da escravidão e os direitos femininos, realizando saraus, conferências públicas, além de organizar uma biblioteca (aberta à comunidade) e o primeiro museu de história natural da Província (ARAÚJO, 2018).

O florescimento da Sociedade, propiciou a criação de uma Revista Mensal, dedicada a reunir textos, poemas, peças e outras produções dos membros da Sociedade. O primeiro número, publicado em março de 1869, apresenta um editorial que reitera os propósitos da Sociedade, escrito por Apolinário. Conforme Pedro Leite Villas-Boas (1976, p. 87) “cada número era organizado por um redator [...], cabendo essa tarefa de honra, na primeira edição, a Apolinário Porto Alegre”.

Em 1869, a sociedade começou a publicar um periódico chamado Revista Mensal, no qual Apolinário Porto Alegre começou a compartilhar seus primeiros trabalhos, incluindo romances, contos, críticas, poesias, peças de teatro, entre outros. É, sobretudo, a partir da publicação da Revista que Apolinário passa a divulgar sua produção literária, marcada, conforme define Naira Hoffmeister de Araújo (2018, p. 28) pela “preocupação em retratar a gente simples do Rio Grande do Sul, tanto na sua rotina, seu vocabulário e o repertório de crendices, lendas e canções que [...] parte da população propagava”. De forma quase etnográfica, Apolinário Porto Alegre vai estudar “a gente simples do Rio Grande” nos arrabaldes da cidade de Porto Alegre. Não só para dar fundo para sua produção que Apolinário ocupava-se da linguagem da população, já que seus estudos filológicos foram feitos por aproximadamente 30 anos, gerando uma série de manuscritos, com mais de dez mil termos e expressões (DAISSON, 1925).

Nas palavras de Augusto Daisson (1925, p. 32-33), “Era entre essa gente simples e boa que Apolinario Porto Alegre fazia farta colheita de palavras”. O volumoso trabalho de Apolinário, que faleceu sem tê-lo publicado, foi emprestado por seu filho Álvaro ao autor Augusto Daisson, que registrou o seguinte (1925, p. 15):

Essa obra não foi ainda publicada<sup>3</sup>, porque, depois da morte do autor, não foram, até hoje, encontrados alguns cadernos, que representavam, talvez, a sua parte mais importante. Apolinário Porto Alegre não os destruiu evidentemente [...]. Alimenta-se ainda a esperança de serem encontrados os referidos cadernos [...]. Entretanto, a parte da obra que ficou, podendo dar um grosso volume, constitui um trabalho de inestimável valor.

Para além de sua produção junto a Revista Mensal e seus estudos de filologia, Apolinário dedicou-se com afincos a produzir poesias, romances, peças e contos com as temáticas do gaúcho, dos farrapos e do republicanismo. Conforme destacou Araújo (2018, p. 34), “essa relação transbordaria da ficção para a vida de Apolinário Porto Alegre, ou vice-versa”. De fato, a obra *O Vaqueano*, publicada em 1872, vai inaugurar o regionalismo na literatura do Rio Grande do Sul<sup>4</sup>.

*O Vaqueano*, para além de inaugurar o gênero do regionalismo gaúcho, vai abordar a Revolução Farroupilha (1835-1845)<sup>5</sup> e seus líderes na contramão do que era praticado até então. Isto é, no livro “pela primeira vez assiste-se a uma alteração do imaginário do conflito militar. A Farroupilha passa ser entendida como valorosa, os farroupilhas são exaltados e seu objetivo político era lutar contra a tirania da monarquia centralizada” (SOARES, 2016, p. 36). Até aquele momento, os escritos sobre a Revolução Farroupilha constituíam-se em memórias de pessoas envolvidas no episódio, além de romances<sup>6</sup>, “legalistas e antifarroupilhas que, devido a este posicionamento

---

<sup>3</sup> Na década de 1980, o professor Lothar Hessel organizou e publicou a primeira edição do *Popularium Sul- Rio-grandense*, livro que apresenta parte dos estudos sobre vocabulário, provérbios, adivinhações, cozinha, filologia comparativa, linguística, origens do português, produzidos por Apolinário Porto Alegre. Lothar Hessel inclusive menciona a “indicação de Velho Sobrinho de que em 1917 a Imprensa Nacional houvesse publicado o *Popularium Sul-RioGrandense*”, fato que não foi comprovado “nem os herdeiros do autor tiveram algum conhecimento” (HESSEL, 2004, p. 468).

<sup>4</sup> Regionalismo é a expressão literária que valoriza a força que há nas peculiaridades locais, nas suas formas particulares de dizer, bem como na exploração descritiva do lugar geográfico. Para Coutinho (1964, p. 202), “Num sentido largo, toda obra de arte é regional quando tem por pano de fundo alguma região particular ou parece germinar intimamente desse fundo. Neste sentido, um romance pode ser localizado numa cidade e tratar de problema universal, de sorte que a localização é incidental”.

<sup>5</sup> Em 1835, um movimento idealizado e conduzido pela elite pastoril-militar insatisfeita com os impostos, cobrados pelo Governo Imperial, e a presença administradores civis e militares estranhos à Província, fez eclodir a Revolução Farroupilha, que durou até 1845 (RIBEIRO, 2009).

<sup>6</sup> Fabrício Soares, ao analisar as narrativas sobre a Farroupilha, apresenta algumas dessas memórias. O autor lista as memórias de Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, na obra *Bosquejo Histórico e Negócios do Rio Grande* (1841); a memória de Antônio Manuel Correia da Câmara, na obra *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* (1846); além de dois romances de autoria de Caldre e Fião: *A Divina Pastora* (1847) e *O corsário* (1851) (SOARES, 2016). Eduardo Scheidt (2002) menciona duas memórias: *Revolução de 1835: apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul até o deplorável ataque do Rio*

político, procuraram construir uma memória desfavorável à Revolução” (SCHEIDT, 2002, p. 192).

Inserido e atuante no Partenon Literário, Apolinário fazia parte de uma associação de cunho não oficial e autônomo em relação às instituições do Império. Justamente por isso, “o Partenon era um espaço dos oposicionistas ou insatisfeitos com a monarquia” (SOARES, 2016, p. 118). Foi justamente no Partenon, que uma plêiade de intelectuais produzia e publicava obras<sup>7</sup> voltadas “aos temas públicos do Estado, sem ainda tomar parte dele, e valem-se de sua escrita para agir no processo político em curso, somente a geração republicana posterior que comandaria o PRR atingiu ao comando do Estado” (SOARES, 2016, p. 117).

O republicanismo exaltado por Apolinário em seus escritos, estava presente também em outros projetos<sup>8</sup>, como os educacionais. Em 1870, com seu irmão Apeles Porto Alegre, Apolinário criou o Colégio Rio-Grandense, empreendimento que abandonou pouco tempo depois, mas que foi continuado por seu irmão Apeles até 1891<sup>9</sup>.

Em 1876, ele deixou seu irmão na direção deste colégio para abrir o *Instituto Brasileiro*, seu projeto educacional mais ambicioso e duradouro, tarefa que contou com o auxílio de Hilário Ribeiro. Situado nas proximidades de Porto Alegre, na estrada do Caminho do Meio, o *Instituto Brasileiro* era um internato que visava proporcionar não apenas educação formal, mas também uma formação abrangente para preparar a nova geração para construir uma república. Conforme Moacyr Flores (s/d):

No dia 20 de setembro, data da Revolução Farroupilha e no 14 de julho, que marcava a Revolução Francesa, a banda do Instituto Brasileiro desfilava pelas ruas da cidade tocando o hino da República Rio-Grandense e a Marselhesa, soltando fogos de artifícios para uma cidade atônita em plena monarquia decadente. Os alunos eram

---

Pardo de João da Cunha Lobo Barreto (1935) e a segunda *Memória histórica* de Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1844).

<sup>7</sup> Conforme aponta o pesquisador Fabrício Soares (2016, p. 123) “Apolinário não foi o único integrante do Partenon a escrever sobre a Farroupilha e *O Vaqueano* não foi seu único escrito sobre o tema. Apolinário também escreveu um conto chamado *O Valeiro* integrado ao seu livro de contos denominado *Paisagens de 1875*”.

<sup>8</sup> Segundo Flores, “Em 1868 fundava o Clube 20 de Setembro, reunindo republicanos na capital da província. Em 1874, Francisco Cunha criava a Associação Secreta dos Federados (ADF), da qual Apolinário participava com outros republicanos que desejavam a federação. A ADF publicava o jornal semanal *A Democracia*, mas terminou quando Francisco Cunha passou para o Partido Liberal, a convite de Gaspar Silveira Martins, monarquista e parlamentarista”.

<sup>9</sup> Segundo Sérgio da Costa Franco (1988, p. 328), o Colégio funcionou “por muito tempo, à Rua Duque de Caxias, defronte à Praça Conde de Porto Alegre”.

republicanizados e enfrentavam os da escola Militar, tidos como participantes de uma monarquia carunchada.

O projeto educacional de Apolinário, proposto na década de 1870, insere-se no contexto de ampliação e propagação das ideias republicanas, não só pela Província, mas pelo país todo. Um dos sintomas foi a publicação do *Manifesto Republicano*, em 1870, que marcou “o começo de uma série de iniciativas de articulação do Partido Republicano nas províncias, através da fundação de clubes, núcleos e jornais responsáveis pela propaganda” (PACHECO, 2006, p. 140).

A mobilização intelectual da chamada *Geração de 1870* também fez parte da efervescência social e política que marcou o período. Naquele momento, um grupo de intelectuais tencionava reformas profundas para a sociedade brasileira, a produção intelectual e a ação política dos membros da *Geração de 1870* devem ser contextualizadas à “crise da monarquia”. É, também, naquele íterim que o Partido Republicano ganhava força, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o movimento abolicionista era estruturado e havia sinais de inquietação entre os militares (ALONSO, 2002).

Helga L. Piccolo (1974, p. 113) aponta que a propaganda republicana passou a ser repercutida no Rio Grande do Sul, a partir de 1878, quando os liberais subiram ao poder. Conforme Saccol (2018, p. 78) Apolinário ajudou a fundar o primeiro Clube Republicano do estado, o *Clube Republicano de Porto Alegre*, integrando “a primeira comissão executiva – eleita na Convenção Republicana de 1881 – que se responsabilizou por tratativas importantes para a fundação do PRR, que ocorreu no ano seguinte”.

Na convenção realizada em fevereiro de 1882, os republicanos sul-rio-grandenses organizaram o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Segundo Flores (s/d), na convenção, Apolinário defendeu a abolição imediata da escravidão. Por outro lado, Julio de Castilhos, que acabou por ser o líder do partido, impôs sua ideia de abolição gradual e com indenização aos senhores. No jornal *A Reforma*, do Partido Liberal, Apolinário publicou artigos contundentes contra o positivismo seguido por Julio de Castilhos.



Em 1885, juntamente com Luís Leseigneur e Antão de Faria, Apolinário realizava propaganda republicana em outra agremiação, o *Clube Bento Gonçalves*<sup>10</sup>, fundado em Porto Alegre. De acordo com Saccol (2018, p. 79) “No caso de Apolinário, a discordância ideológica é a principal motivação de dissidência apontada pela historiografia, tendo em vista que sua ligação com uma vertente republicana liberal, em detrimento dos preceitos de Comte, é bastante conhecida”.

Conforme Soares (2016), Apolinário apostava reorganizar politicamente os republicanos, na perspectiva do colapso derradeiro do regime monárquico, contudo a recusa ao positivismo comtiano selaria seu isolamento no renovado partido republicano da década seguinte. Apesar de nunca ter renunciado à condição de estudioso e defensor das ciências, não aceitava a subordinação da literatura e da política às modernas teses científicas, o que contribui para marginalizá-lo no cenário das modas intelectuais deterministas do final do século XIX (LAZZARI, 2004, p. 173). Para Paranhos Antunes (1944, p. 161), Apolinário era “republicano de nascença, em cujo berço soaram os últimos tiros da revolução dos farrapos, a que serviram, com alma e dor, muitos de seus parentes”. Conforme Araújo (2018, p. 15) “os dois irmãos mais novos de Apolinário [Aquiles e Apeles]<sup>11</sup> também foram protagonistas do movimento republicano [...], acompanhando o primogênito”.

Com a Proclamação da República, em 1889, iniciava-se a fase final da vida de Apolinário. Em 1892, o Rio Grande do Sul foi dominado pelo regime castilhista da ditadura positivista. Na época, Apolinário atuava como redator do jornal *A Reforma*, que representava os seguidores de Gaspar Silveira Martins. No entanto, após a publicação

---

<sup>10</sup> Conforme Saccol (2018, p. 81) “O Club foi fundado com a assistência de Francisco Alves de Paula, Luiz Leseigneur, Júlio Teixeira, José Dias da Costa, José Narciso Monteiro, Dr. Germano Hasslocher, Major Manoel Alves da Silva Caldeira, José Custódio Alves, Patrício Teixeira, Adolpho Cardoso, Joaquim Faceiro, Dr. Antão de Faria, Apeles Porto Alegre, Dr. João de Freitas e Castro, Apolinário José Gomes Porto Alegre, Israel de Freitas e Castro e Gaspar Guimarães, conforme dados do jornal *A Federação* (Fonte: *A Federação*, 23/11/1885. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira). A agremiação teve como seu primeiro presidente Apolinário Porto Alegre e, como primeiro secretário, o Dr. Antão de Faria. Assim como eles, vários dos membros do Clube também se tornaram dissidentes nos primeiros meses republicanos (à exemplo de Luiz Leseigneur, Germano Hasslocher e Apeles Porto Alegre)”.

<sup>11</sup> Aquiles era membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) desde sua fundação, em 1882. Por seu turno, Apeles fundou o jornal *A Imprensa*, em 1880, considerado o primeiro jornal republicano do estado. Segundo Piotrowski e Meira (2022, s/p) “O jornal *A Imprensa*, de propriedade de Apelles Porto Alegre e por ele dirigido, circulou na cidade de Porto Alegre de junho de 1880 a maio de 1882”. Conforme as mesmas autoras, contudo, o periódico “não teve [...] papel republicano explicitado desde o início, apenas em 1 de dezembro de 1881, mais de um ano após o início da sua circulação, o jornal se auto-declarou ‘órgão republicano’”.

de um artigo desafiando o domínio de Castilhos em 11 de julho de 1892, sua casa foi invadida. Apolinário fugiu para Casa Branca e posteriormente conseguiu um camarote em um navio a vapor que o levou a Desterro, atual Florianópolis. Lá, ele se juntou aos federalistas e, mais tarde, refugiou-se em Montevidéu, retornando a Porto Alegre somente em 1896 (FLORES, 1994).

Durante o período da Revolução Federalista, que ocorreu entre 1893 e 1895, a Casa Branca de Apolinário foi saqueada por autoridades policiais. Muitos de seus documentos foram espalhados pelo pátio, mas foram posteriormente coletados por seu filho, Álvaro Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 1956). Apolinário Porto Alegre morreu na Santa Casa de Misericórdia, em 23 de março de 1904, deixando obras de filologia, história, contos regionalista, romances, poesias e teatro, numa gigantesca produção intelectual.

### ***Arquivo pessoal de Apolinário Porto-Alegre***

Ao falecer, Apolinário Porto Alegre deixou não só um legado intelectual às letras sul-rio-grandenses, mas também um espólio de materiais, livros e manuscritos não publicados. Logo após seu passamento, ocorrido em março de 1904, Alcides Maya, sob o pseudônimo de *O. Graechus*, publica, na primeira página do jornal *O Paiz*, publicado na então capital da República, um tributo ao “velho mestre da mocidade rio grandense” (O PAIZ, 28 mar. 1904, p. 1). Maya registrou “Assim descansou o lidador, legando á sua terra, que amava com a loucura de arabe pelo seu deserto, um immenso tesouro, em livros, ensaios e notas de historia, philologia, literatura e poetica” (O PAIZ, 28 mar. 1904, p. 1).

Apolinário sucumbiu na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, mas residia, naquele momento da “Casa Branca”, residência por ele adquirida em 1885, conforme registrado na seguinte passagem:

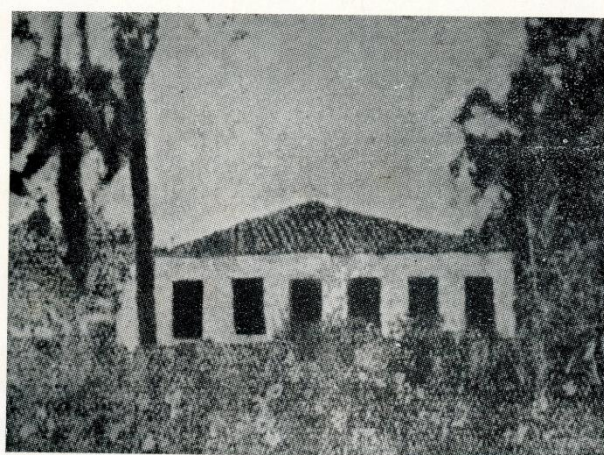
Em julho de 1885, Apolinário José Gomes Porto Alegre, republicano da propaganda e mestre da mocidade republicana de seu tempo, adquiriu, por compra, a casa Branca. Ela conservava a sua rusticidade antiga e o novo proprietário, pondo a peito em reformá-la, conservando-lhe a feição primitiva, com o firme propósito de fazer reviver até os seus dias a histórica e tradicional casa sem perder o cunho da época gloriosa em que tanto se destacara (PORTO ALEGRE, 1994, p. 72-73).



A Casa certamente não foi escolhida ao acaso, localizada, naquele período, fora da cidade de Porto Alegre, no Morro Santana, a Casa Branca foi, durante a Farroupilha, quartel general dos farrapos, onde ocorriam reuniões entre Bento Gonçalves, Antônio de Souza Netto e David Canabarro. Alfredo Varela (1959, p. 188), registrou o seguinte sobre a residência de Apolinário:

cheias as casas e repartições de armário, com os arquivos da Revolução Farroupilha, por cima das mesas se estendiam os documentos em exame, nos constantes estudos históricos do benemérito professor. Várias, pelas paredes, atraíam os olhares, as tocantes relíquias do decênio imortal: retratos dos heróis, planos de combates, roteiros de marcha, cimélios múltiplos.

#### Residência de Apolinário Porto Alegre, conhecida como Casa Branca



Fonte: PORTO ALEGRE, 1956.

Conforme destacado por Arce e Campos (2018, p. 2018), Apolinário “defensor do movimento revolucionário de 1835 [...], coletava documentos referentes ao período como fonte de inspiração para sua produção literária”<sup>12</sup>. Sendo republicano histórico, empenhando em conhecer e propagar os ideais republicanos, faz sentido que Apolinário dedicasse seu tempo em adquirir e conservar itens que lhe permitissem estudar aquele

---

<sup>12</sup> Henrique Perin (2022) destaca que Apolinário publicava na Revista Mensal do Partenon Literário reproduções de correspondências e de ordens do dia, trocadas entre as tropas farroupilhas. Conforme a arquivista Vanessa Campos, Apolinário Porto Alegre reuniu consigo considerável acervo de Bernardo Pires de Oliveira, considerado um dos desenhistas da bandeira da república riograndense. Em suas palavras “Apolinário colecionou documentos do período, tendo sido seu parceiro nesta jornada Bernardo Pires”. Segundo ela, compreender essa questão é importante, “pois nos auxilia no entendimento da formação do próprio acervo de Apolinário, que também foi legatário do arquivo de Bernardo Pires” (2016, p. 277).

que se tornaria o “mito fundante do Rio Grande do Sul”<sup>13</sup>. Nesse sentido, tal como afirma Heymann (1997), os critérios que norteiam o processo de acumulação de um acervo dependem das situações vividas pelo titular, bem como são demarcados pela posição social ocupada pelo indivíduo. Em outras palavras, à medida que os interesses, projetos, motivações e intenções do titular são reconhecidos, os itens do acervo parecem ganhar vida e ampliar o sentido, tanto do item, quanto do conjunto documental (ARCE; CAMPOS; CARVALHO, 2021).

Seu acervo, reunido ao longo de sua vida, refletia, portanto o desempenho de suas atividades. Mesmo que não possamos definir com certeza o que existia em seu acervo, podemos supor que papéis relacionados aos educandários, clubes e entidades por ele fundados, estivessem entre seu espólio. Do mesmo modo, livros e manuscritos utilizados para estudo, além de anotações diversas. Além disso, correspondências, recibos e demais papéis concernentes a ações do cotidiano. Movido pelo desejo e pela necessidade, Apolinário Porto Alegre acumulou e produziu uma série de documentos, cuja trajetória passaremos agora a explorar.

Conforme Naira de Araújo, no obituário dedicado a Apolinário, o jornalista Caldas Junior já sobressaltava que tanto a biblioteca como o museu do autor estavam “infelizmente jacentes em lamentável abandono, pelos compartimentos da Casa Branca” (2018, p. 64). De fato, a biblioteca seria “irremediavelmente perdida” como anota o filho Álvaro, em depoimento reproduzido em artigo que precede a antologia do Partenon Literário: pelo menos 5 mil volumes foram extraviados, “ninguém sabe responder” onde se encontram, lamenta (ZILBERMAN, 1980, p. 21).

De fato, o acervo de Apolinário começou a ser fragmentado ainda durante sua vida, já que sua casa foi invadida e saqueada pelos castilhistas, que não pouparam seus manuscritos. Conforme Hessel (2004) e Araújo (2018), existem registros de descobertas de fragmentos de páginas de manuscritos nas residências dos comandantes da guarda estatal, bem como moedas antigas que faziam parte da coleção de Apolinário e eram também peças do museu do Partenon Literário.

Em junho de 1892, o PRR retomou o governo do estado, pondo fim ao chamado “governicho”. De acordo com Flores (s/d), os opositores foram presos, incluindo-se,

---

<sup>13</sup> Sobre essa questão, ver mais em: GOLIN, Tau. *Identities: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

entre eles Apolinário, por ser o redator do jornal *A Reforma*, órgão dos seguidores de Gaspar Silveira Martins. Após ser solto, publica um artigo desafiando Julio de Castilhos, isso desencadeia uma invasão à Casa Branca. Em virtude da situação política do estado, Apolinário exilou-se em Montevideu, permanecendo fora do país até 1896.

Durante a Revolução Federalista (1893-1895), a Casa Branca de Apolinário foi depredada por autoridade policial, que pintou os cavalos tordilhos de piche, cortou as árvores frutíferas a machado, soltou animais no terreno e esparramou documentos e originais de Apolinário pelo pátio (PORTO ALEGRE, 1956). Álvaro Porto Alegre, filho de Apolinário, registrou o episódio da seguinte maneira:

a sua Casa Branca fora assaltada repetidas vezes por beaguins da ditadura imperante, pondo portas abaixo, quebrando vidraças, fazendo em estilhas os tampos das janelas, despedaçando móveis, arremessando à rua livros e papeis que se estragavam sob a ação do tempo, fugindo apavorados os empregados para os matos próximos.

Não é de surpreender que, em 1897, Alcides Maya escreve: “As obras do ilustre velho da Casa Branca estão quase perdidas” (MAYA, 1897, p. 73). As invasões destruíram parte da biblioteca de livros de interesse científico e geral que Apolinário mantinha em casa. Lothar Hessel expressa pesar em um breve texto, enumerando aproximadamente 300 autores citados por Apolinário apenas no *Popularium*. Segundo o autor “poucas obras da opulenta biblioteca particular da Casa Branca chegaram até nós” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 471).

Após o falecimento do “solitário da Casa Branca”, ao que tudo indica, o espólio passou a seu primogênito, Álvaro Porto Alegre, que passou a ser o custodiador dos materiais<sup>14</sup>. Conforme Arce e Campos (2018), Apolinário foi o principal responsável pela primeira etapa de conservação da produção produzida por ele mesmo e, provavelmente, foi a única pessoa que de fato sabia o seu volume. Infelizmente, “jamais estamos seguros sobre o que foi guardado originalmente, o que foi destruído, se perdeu ou foi entregue a terceiros” (HEYMANN, 1997, p. 57).

---

<sup>14</sup> De acordo com Araújo (2018, ), “a maior parte dos manuscritos foram levados ao Rio de Janeiro por um ‘escritor amigo’ para tentar a publicação”, o que não aconteceu. Anos depois, segundo a mesma autora, o herdeiro Álvaro Porto Alegre conseguiu reaver parte do material.

As pesquisadoras Ana Arce e Vanessa Campos (2018, p. 221), ao estudarem a trajetória de alguns acervos relacionados à Farroupilha, destacam que “Álvaro ofertava documentos do pai a pessoas próximas (e talvez também os vendesse)”. Isso se confirma ao analisarmos a obra *A margem de alguns brasileirismos*, de Augusto Daisson. Publicada em 1925, pela Livraria do Globo, a obra é dedicada à memória de Apolinário Porto Alegre, de quem Daisson foi “discípulo e admirador”, conforme Zeferino Brazil destaca na apresentação. Na introdução, Daisson agradece à Álvaro Porto Alegre por ter lhe emprestado os manuscritos do *Popularim*, destacando “temos em nosso poder os manuscritos da grande obra daquelle extincto professor”.

A década de 1920 é um importante ponto de inflexão para o referido arquivo pessoal. Ana Inês Arce (2015, p. 42), refere que em 1923 o espólio de Apolinário havia sido avaliado pelo Arquivo Histórico do Estado, que havia indicado sua aquisição, o que não aconteceu. No Relatório da Comissão encarregada, lê-se:

Quanto ao espólio de Apollinario Porto Alegre, lamentavelmente os seus actuaes depositarios ainda nada resolveram; mas é licito esperar do seu patriotismo que elles o cedam afinal ao Estado, passando assim ao patrimonio commum do Rio Grande do Sul um thezouro moral de tão grande valia. Recolhidos ao Archivo Publico, methodicamente classificados, catalogados e mesmo dados à estampa, poderiam esses documentos ser utilmente consultados e examinados por todos quantos se interessam pelas cousas da historia patria (RELATÓRIO..., 1923, p. 775-776).

Por razões por nós desconhecidas, os herdeiros de Apolinário não aceitaram a proposta feita pelo Governo do Estado, sendo o acervo mantido pelo filho Álvaro Porto Alegre. Ao longo das décadas seguintes, Álvaro dedicou-se a publicar obras tendo como tema o pai ou seus escritos<sup>15</sup>, fazendo inclusive a cópia de documentos, conforme destacou Lothar Hessel<sup>16</sup>.

No ano seguinte, 1924, João Pinto da Silva publica a obra *História Literária do Rio Grande do Sul*, onde comenta sobre “o opulento espólio intelectual” deixado por

---

<sup>15</sup>

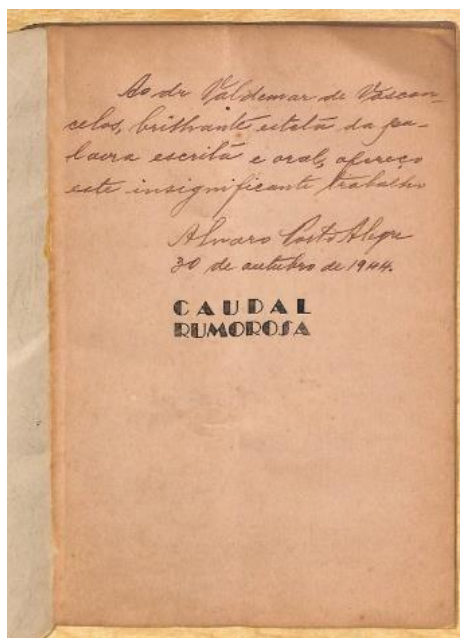
<sup>16</sup> “Recebido [...], confirmou-se que não se tratava dos manuscritos originais de Apolinário, mas de cópia parcial feita por Álvaro Porto Alegre, acrescida de cópia datilografada de uns poucos capítulos feita naquele instituto [Instituto Estadual do Livro]” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 492).

Apolinário. (SILVA, 2013, p. 111). O espólio, ao longo das décadas subsequentes, continua a ser consultado por outros autores.

Guilhermino Cesar, na obra *História da Literatura no Rio Grande do Sul*, em notas de rodapé, admite ter lido “rapidamente em 1943 ou 1944” os originais do livro na casa de Álvaro, destacando que Apolinário “enfeixou [...] numerosos cadernos, destinados a corporificar uma obra tão volumosa quanto decantada” (CESAR, 2006, p. 220), ressaltando “Impressiona realmente a cópia de estudos ali reunidos a vastidão dos assuntos abordados” (CESAR, 2006, p. 223). Em artigo publicado em 1949, Augusto Meyer também revela ter tido contato com os manuscritos de Apolinário (ARAÚJO, 2018, p. 66), o que pode estar ligado com a projeção que as obras inéditas de Apolinário tiveram em 1944, por ocasião das celebrações do centenário de nascimento do autor.

Na edição de 29 de agosto de 1944 do jornal *A Manhã*, é evocada a figura de Apolinário, momento no qual é entrevistado o Gal. Souza Docca. Segundo ele, o Instituto Estadual do Livro estava “tomando as necessárias providências para publicar o importante trabalho de Apolinário Porto Alegre, o *Popularium Sul-Rio-Grandense*”, destacando que o manuscrito contabilizava mais de mil páginas. O entrevistado complementa suas observações sobre a biografia do professor, dizendo que o mesmo Instituto publicará o relato *Viagem à Laguna*, acrescentando que viria “prefaciado pelo dr. Valdemar de Vasconcelos” (A MANHÃ, 29 ago. 1944, p. 3). Provavelmente, agradecido pela iniciativa, em 30 de outubro do mesmo ano, Álvaro Porto Alegre dedica ao então deputado Valdemar de Vasconcellos, uma de suas obras *Caudal Rumorosa*, publicada no mesmo ano. O diretor do Instituto Estadual do Livro era, naquele momento, Augusto Meyer, que havia assumido o leme da instituição ainda em 1937, momento de sua criação.

Folha de rosto da obra dedicada por Álvaro Porto Alegre ao deputado Valdemar de Vasconcellos



Obra comercializada em leilão, em 2016. Fonte: Levy Leiloeiro. Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=246603>. Acesso em: 28 dez. 2023

A década de 1960 acaba por ser outro momento importante para o destino do espólio de Apolinário. Em 8 de dezembro de 1966 foi fundado, em Porto Alegre, o *Círculo de Pesquisas Literárias* (CIPEL), objetivando desenvolver pesquisas sócio-histórico-literárias<sup>17</sup> A fundação da entidade acabou por reunir uma série de interessados pelas letras sul-rio-grandenses, que, no ano de 1968, dedicaram seus esforços ao 1º Centenário do Partenon Literário<sup>18</sup>, conforme salientou Lothar Hessel (1987).

Em 24 de junho de 1969, falece, em Porto Alegre, o custodiador do acervo de Apolinário, Álvaro Porto Alegre. Após seu falecimento, a viúva Adecárlie Ferreira Porto Alegre vende diversos itens do espólio a pessoas interessadas. O primeiro lote, segundo Arce e Campos foi vendido ao monsenhor João Maria Balém, “que em seguida doou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”. De acordo com as autoras “este ‘lote’ teria sido o mais volumoso, contendo a correspondência pessoal de Apolinário (cerca de 250 itens), além dos documentos referentes à Revolução Farroupilha”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> Entre os fundadores, estavam os dicionaristas Ari Martins e Pedro Leite Villas Bôas; o coronel Hélio Moro Mariante, historiador da Brigada Militar; o genealogista Paulo Xavier e o bibliógrafo Júlio Petersen.

<sup>18</sup> Foram empreendidas diversas ações, como exposição, participação em solenidades, publicações e jantar comemorativo. Além disso, no ano seguinte, foi encaminhado à Câmara Municipal uma lista com 19 nomes de fundadores para a nomeação de ruas da capital (HESSEL, 1987, p. 17).

<sup>19</sup> Segundo as autoras, incluíam-se, neste lote, parte dos documentos do arquivo pessoal de Bernardo Pires de Oliveira, que atualmente compõem um fundo documental no IHGRGS. Divididos em 20 pastas, os documentos foram divididos da seguinte maneira: Correspondência; Trajetória Profissional, contendo



Em 1970, Adecarlice recebeu em sua residência os pesquisadores e membros do CIPEL Gabriel Pereira Borges Fortes, Lothar Hessel, Moacyr Flores e Hélio Moro Mariante<sup>20</sup> e vendeu pilhas de materiais diversos. Nas palavras de Arce e Campos (2018, p. 221):

A documentação que ainda havia foi separada em quatro ‘pilhas’, tendo sido atendido o pedido de Gabriel Borges Fortes que em sua ‘pilha’ fossem colocados os jornais; em seguida, cada um pegou, às cegas, uma ‘pilha’, sem saber o conteúdo. E assim foram repartidos os documentos, posteriormente intercambiados entre os quatro integrantes, conforme os interesses de pesquisa.

Os cipelistas trocaram entre si os materiais, seguindo as temáticas de pesquisa de cada um deles. Lothar Hessel ficou com os itens que se referiam ao teatro<sup>21</sup>, Moacyr Flores com peças de teatro e alguns documentos relacionados a Revolução Farroupilha<sup>22</sup>, enquanto Gabriel Borges Fortes acumulou os itens relacionados à imprensa, bem como os jornais.

Ao longo da década de 1970, Lothar Hessel, juntamente com uma equipe, passou a trabalhar nos originais do *Popularium*, tarefa que levaria anos. Segundo ele (1987, p. 40), em 1977, Adecarlice doou ao CIPEL parte do acervo bibliográfico e documental de Apolinário e Álvaro Porto Alegre, o que ampliou a documentação a ser analisada para a edição do livro, cuja primeira edição saiu em 1980. Conforme nota feita à segunda edição,

no próprio dia do lançamento da primeira edição do *Popularium Sul-RioGrandense*, em 1980, a professora Tania Franco Carvalhal opinou para o reorganizador da obra que nela talvez não estivesse a parte que se encontrava no Rio de Janeiro, nas mãos de Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, ao falecer, dez anos antes (PORTO ALEGRE, 2004, p. 495).

---

documentos relacionados à sua participação na Revolução Farroupilha e nas revoluções platinas; e, por fim, Documentos Complementares (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2013, p. 38).

<sup>20</sup> Não há informações sobre o destino da parte adquirida por Hélio Moro Mariante.

<sup>21</sup> Seu arquivo pessoal está sob custódia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

<sup>22</sup> Segundo Naira de Araújo (2018, p. 64), Moacyr Flores possui “manuscritos das peças de teatro e cartas coletadas pelo autor com familiares de guerreiros farroupilhas, possivelmente parte de suas pesquisas sobre a revolução”.

Lothar Hessel se apresenta à herdeira de Augusto Meyer, que lhe entrega o material que estava com o pai e “que Augusto tencionara publicar por partes” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 495). O pesquisador, ao registrar suas impressões sobre a tarefa de publicar a obra de Apolinário, registrou:

manuscritos a pena de aço; dispersos pela soldadesca castilhistas; irrigados pela chuva; em parte perdidos para sempre, em parte recolhidos por seu filho adolescente; refeitos parcialmente pelo autor na volta do exílio; guardados durante decênios por Álvaro Porto Alegre; mencionados periodicamente e apontados por intelectuais como de necessária publicação; assim nos chegaram às mãos os originais do *Popularium*, em estado de deplorável desorganização (PORTO ALEGRE, 2004, p. 13).

Gabriel Pereira Borges Fortes, acrescenta ao seu acervo os artigos adquiridos fazendo questão de destacar, em muitos itens, a proveniência deles, informando a sua compra da viúva Adecarlice e relacionando-os com o espólio de Apolinário Porto Alegre, como se verá a seguir. Ao que tudo indica, o maior volume de itens que passaram à coleção de Borges Fortes eram jornais.

Desde 1971, os pesquisadores do CIPEL juntaram forças e passaram a se reunir semanalmente, para desenvolver pesquisas sobre a imprensa no Rio Grande do Sul. Em 1976, o CIPEL passou a destacar o trabalho de pesquisa de Fernando Ronna, que assim como seu genitor, pesquisava a imprensa rio-grandense. Gabriel Borges Fortes, após a visita a Fernando Ronna e seu fichário de jornais, propôs a elaboração de uma “Memória Histórica da Imprensa no Rio Grande do Sul”, aproveitando os elementos coletados naquele fichário<sup>23</sup>, no dele próprio e no CIPEL. A proposta foi aceita e o proponente ficou designado para presidente da comissão que prepararia a referida memória (HESSEL, 1987, p. 39)<sup>24</sup>.

Natural de Venâncio Aires, Gabriel Borges Fortes fez diversas doações ao Museu daquela cidade, incluindo objetos, livros e jornais, muitos, desses últimos, do espólio de Apolinário Porto Alegre. Após o falecimento de Borges Fortes, seus filhos passaram a ser os custodiadores do seu acervo. O primogênito, escolhido para ser o herdeiro dos itens,

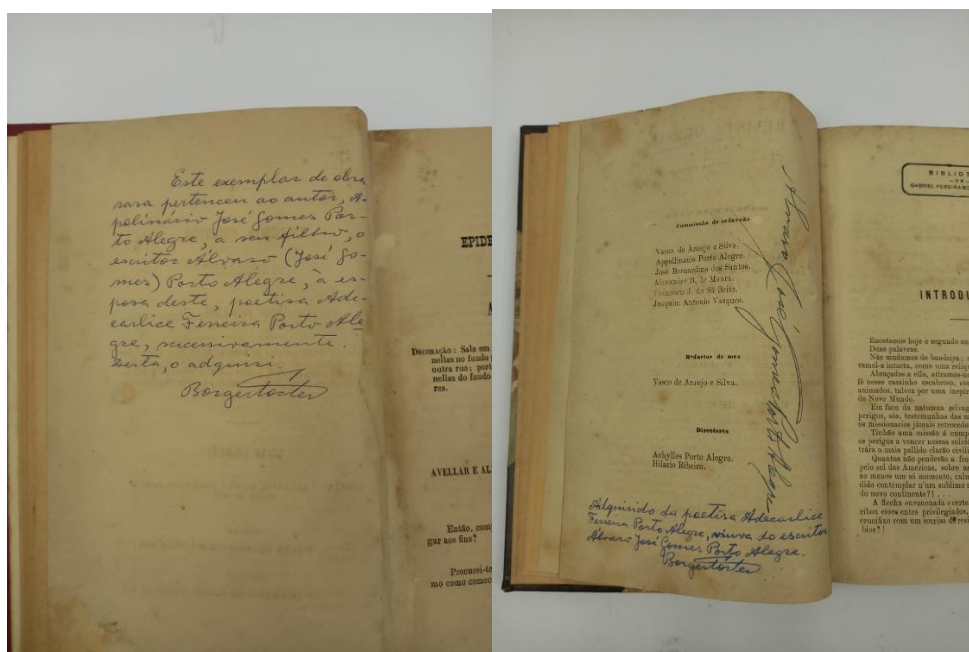
---

<sup>23</sup> Segundo Escosteguy e Rüdiger (1996), Fernando Ronna catalogou mais de 5600 títulos de títulos da imprensa sul-rio-grandense, como resultado de sua coleta de dados.

<sup>24</sup>Gabriel Borges Fortes nunca terminou a referida memória, tendo produzido diversos cadernos datilografados.

agregou a seu arquivo pessoal os que lhe interessavam. Em 2015, parte da biblioteca de Gabriel Borges Fortes foi vendida ao então presidente do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), que doou à referida entidade as obras. No mesmo ano, motivados pela venda do apartamento onde estava o acervo, outros familiares doaram ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul outra parte do acervo. Em 2018, por meio da doação do primogênito de Gabriel Pereira Borges Fortes, o IHPF recebeu milhares de jornais, incluindo-se, entre eles, diversos números que pertenceram a Apolinário Porto Alegre, conforme anotações de Borges Fortes. Pulverizava-se assim, o acervo já disperso de Apolinário Porto Alegre.

#### Obras da Coleção Gabriel Pereira Borges Fortes que pertenceram à Apolinário



Fotos do autor (2023).

Ao investigarmos, em nossa tese de doutoramento a reunião e a dispersão do arquivo pessoal de Gabriel Borges Fortes, acabamos por acessar a sede do CIPEL, local onde encontramos, acondicionados em um armário, centenas de páginas de manuscritos do século XIX, além do material utilizado por Lothar Hessel para a

publicação da primeira edição do *Popularium sul-riograndense*<sup>25</sup>. Esse material foi coletado e, por meio de um termo de colaboração, foi transferido ao Instituto Histórico de Passo Fundo, que passou a tratar do material, higienizando-o, identificando-o e acondicionando-o devidamente.

### Considerações finais

Ao tentarmos esboçar, neste ensaio, a trajetória custodial do arquivo pessoal do intelectual Apolinário Porto Alegre, chegamos a algumas constatações: A primeira, baseada em ampla bibliografia, é a de que os arquivos privados, longe de serem reveladores apenas do individual, do particular e do íntimo, configuram-se como um espaço privilegiado para a compreensão de fatos e contextos históricos, redes intelectuais, além de sistemas políticos, econômicos e culturais, por guardarem documentos que não dizem respeito somente ao titular do acervo. Diante disso, analisar os processos de constituição e dispersão de Apolinário amplia nosso conhecimento sobre o passado, na medida em que passamos a perceber interesses e desinteresses, com base na presença ou ausência de documentos. Essa questão remete que estudar a presença ou ausência de documentos nos arquivos (públicos ou privados) é de primordial importância para os historiadores, que muitas vezes naturalizam a existência dos conjuntos documentais. Conforme Bloch (2001, p. 83) “os documentos não se encontram aqui ou ali, por intermédio de algum misterioso decreto dos deuses”, sendo eles preservados ou descartados por interesses individuais ou coletivos. Isso porque a incorporação ou não incorporação de determinado conjunto documental aos fundos arquivísticos das instituições que fazem a custódia de documentos delimita, a priori, as possibilidades da escrita da história. Além disso, o tratamento que esses papéis vão sofrer ao longo do tempo, seja o arranjo realizado, o tipo de descrição que lhes facilita ou não o acesso, ou mesmo as políticas de preservação também influenciarão, restringirão ou ampliarão as perspectivas de acesso e pesquisa. Ante o exposto, as considerações de Ana Inés Arce (2015, p. 122) são fundamentais, pois a estudiosa diz que a “compreensão de determinada questão histórica passa também pela percepção do contexto em que estiveram e estão inseridos os documentos que serão fonte de

---

<sup>25</sup> O conjunto totalizou nove caixas arquivo, sendo que os manuscritos foram divididos de acordo com a tipologia. Ou seja, correspondências, originais de publicação, materiais impressos, recibos, etc.

pesquisa”. Nesse sentido, de acordo com Fernanda Pereira (2011, p. 20), “a construção da memória está estreitamente vinculada ao acesso à informação, que por sua vez está vinculada à organização dos seus suportes materiais”. Já a segunda constatação é de que muito ainda falta para a compreensão da totalidade e riqueza do arquivo de Apolinário, hoje disperso em coleções pessoais e diferentes instituições de custódia do estado. Essa constatação permite que esse trabalho, que não teve a pretensão de esgotar o assunto, seja um potencializador de ações e projetos que tenham como objetivo o estudo, não só do titular do arquivo, Apolinário José Gomes Porto Alegre, como também dos diferentes itens de seu arquivo.

## Referências

- A MANHÃ. Evocando a figura de Apolinário Porto Alegre. Edição 937, p. 3.  
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&Pesq=%22Apolinario%20Porto%20Alegre%22&pagfis=24118>
- ARCE. Ana Inês. “Jóias para os museus da história”: o acervo documental sobre a Revolução Farroupilha e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1925-1940). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo. 2015.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou O Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CLEMENTE, Elvo. Apolinário Porto Alegre. Revista Veritas, Porto Alegre, PUCRS, 1(1):13-25, nov. 1955.
- FLORES, Moacyr. Apolinário Porto Alegre, o professor e o político. In FLORES, Hilda Hübner Flores. (Org.). Vidas e Costumes. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1994, p. 133 a 142.
- FLORES, Moacyr. Apolinário Porto Alegre. Acadêmicos da Academia Rio-Grandense de Letras. Disponível em: <https://www.arl.org.br/academicos/quadro-academico/apolinario-porto-alegre>. Acesso em: 26 dez. 2023.
- FLORES, Moacyr. O teatro abolicionista de Apolinário Porto Alegre. Revista de Estudos Ibero-americanos, Porto Alegre, PUCRS, 4(2): 239-48, dez 1978.
- HESSEL, Lothar Francisco. O Partenon Literário e sua obra. Porto Alegre: Flama/SEC, 1975.
- HEYMANN, Luciana Q. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. Buenos Aires: VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, GT 33 – Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo, 2009. Disponível em: <  
[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1835.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1835.pdf)>. Acesso em 01 jun. 2018.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 303-341.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PORTO ALEGRE, Álvaro. O ciclo de Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre, Thurmann, 1944.

PORTO ALEGRE, Apolinário. Instituto Brasileiro. Porto Alegre: Litografia Ladeira, 1879.

PORTO ALEGRE, Aquiles. Através do passado. Porto Alegre: Globo, 1920.

PORTO ALEGRE. Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre: Thurmann, 1954.

PORTO ALEGRE. Paisagens. Porto Alegre: Movimento/Brasília: INL, 1987.

PORTO ALEGRE. Partenon Literário. Porto Alegre: Thurmann, 1962.

PORTO ALEGRE. Ronda da História. Porto Alegre: Thurmann, 1956.

SOUZA DOCCA, História do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.



**UPF**

PPGH - PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
**HISTÓRIA**